

MARIA EUGÉNIA PINHO | MARIA GABRIELA MARQUES | MARIA ALICE GUIMARÃES
coordenação de
IRENE VAQUINHAS

*Collecção
Estudos*

entre Garçonnes
ESTUDOS SOBRE AS MULHERES NA SOCIEDADE PORTUGUESA DO SÉC. XX
e Fadas do lar



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

PREFÁCIO

Irene Vaquinhas

Entre garçons e fadas do lar... O título desta obra que reúne partes de três dissertações de mestrado preparadas sob a minha orientação científica e realizadas no âmbito do seminário “As Mulheres no Mundo Contemporâneo: História Comparada” do curso de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra¹, e defendidas e aprovadas com a nota máxima, em 2002 e 2003², poderia também denominar-se *Entre mulheres conservadoras e mulheres emancipadas* ou tão-só *Entre tradicionalismo e mudança*.

O conceito de emancipação feminina pressupõe uma ruptura relativamente ao estereótipo tradicional da mãe e da esposa identificado pelas funções domésticas e familiares, assim como a contestação das hierarquias arbitrárias, estando igualmente conotado com novas formas de realização pessoal baseadas na autonomia e na liberdade, entre outros valores. O século XX, século de rupturas e de extremos, no dizer do historiador Eric Hobsbawm, está associado a um conjunto de imagens afirmativas da condição feminina que, ao questionarem a relação entre os sexos e os papéis que eram atribuídos às mulheres, ajudaram a abalar as normas e os preceitos vigentes.

¹ Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

² Trata-se das seguintes dissertações: de Maria Gabriela Mota Marques, *Cabelos à Joãozinho. A garçonne em Portugal nos Anos Vinte* (Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002); de Maria Alice Ramalhete Pinto Guimarães, *Saberes, modas e pó-de-arroz. Modas e bordados. Vida feminina (1933-1953)* (Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002) e de Maria Eugénia Ferreira Alves de Pinho intitulada *Na retaguarda da guerra. O Movimento Nacional Feminino de S. João da Madeira (1963-1974)* (Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003). Estas teses foram arguídas respectivamente pelas Professoras Doutoradas Fátima Sequeira Dias, da Universidade dos Açores; Maria da Conceição Meireles, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Anne Cova, da Universidade Aberta, de Lisboa.

A *garçonne* dos loucos anos vinte ou a *mulher emancipada* dos anos setenta são dois exemplos representativos do “fulgurante século XX”³ que identificam, só por si, e sem necessidade de outro distintivo ou atributo, um tempo e uma época.

Todavia, em estreito paralelismo com a afirmação da *new women* persiste o velho arquétipo da mãe, esposa e dona-de-casa, rainha ou fada do lar, muito próximo dos modelos tradicionais, se bem que reactualizado à luz das novas conjunturas e dos avanços técnicos em matéria de equipamentos domésticos. O período entre as duas Grandes Guerras assiste à sua exaltação num quadro de dificuldades económicas e de propaganda natalista em luta contra o *deficit* demográfico.

A diversidade das imagens femininas, polarizadas entre estes dois pólos aparentemente contraditórios, o da *jovem rebelde* e o da *resignada dona-de-casa*, constitui o fio condutor e a problemática central desta obra que cronologicamente se estende desde o início da década de vinte ao termo dos anos setenta. As representações não estão, porém, nem fixas nem estabilizadas no tempo, antes se compõem e recompõem, num misto de inovação e de conservadorismo. O que haverá de verdadeiro e de artificialmente fabricado nestas imagens? Em que medida o discurso publicitário ou a propaganda política não constroem mitos para fins comerciais ou com objectivos conscientes de enquadramento social e político? Que mensagens se escondem por detrás dos discursos valorizadores do *eterno feminino*, seja o da *dona-de-casa* ecónoma e eficiente, seja o da *mãe coragem*? Qual a sua receptividade junto do público? Para responder a estas (e outras) questões, as autoras desta obra propõem-nos como caminho interrogar os documentos, e, apoiando-se numa gama heterogénea de fontes históricas, tanto manuscritas como impressas, captar os contornos essenciais de alguns discursos ideológicos formulados relativamente à mulher no decurso do século XX.

A abrir o livro, o texto intelectualmente estimulante de Maria Gabriela Mota Marques sobre essa figura da ousadia e da irreverência femininas que, sob influência dos ventos de modernidade que sopravam da América e da Europa, se começa a impor na sociedade

³ Jean-Claude Ruano-Borbalan (Coordonné par), *L'histoire aujourd'hui. Nouveaux objets de recherche. Courants et débats. Le métier d'historien*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, 1999, p. 79.

portuguesa por volta de 1922-1923, acompanhando o frenesim da era do *jazz-band*: a *Cabelos à Joãozinho*. A *garçonne em Portugal nos Anos Vinte*. Identificada pelos cabelos curtos, pelas saias pelo joelho e por novas atitudes (“nucas rapadas, saias pelo pescoço e decotes pelo joelho”, diziam os críticos mais acérrimos), as *garçonnes* portuguesas chocaram a sociedade do tempo, suscitando protestos em todos os sectores sociais, em particular nos meios conservadores e moralistas mais intransigentes.

Tratar-se-ia de uma doença - “a *garçonitte*” - questionavam alguns articulistas da imprensa periódica, surpreendidos com a rápida difusão do “escandaloso corte de cabelo” nos meios urbanos, temendo o seu efeito contagiante. Alterando a imagem feminina, o novo estilo de penteado retirava às mulheres um dos seus tradicionais símbolos da feminilidade - os cabelos compridos - equiparando-a ao sexo oposto. Afigurava-se, por isso, subversivo e potencialmente perigoso. Confundindo as identidades sexuais, este era associado a atitudes contestatárias que poderiam pôr em causa o tradicional papel das mulheres na sociedade.

O estudo de Maria Gabriela Mota Marques, profusamente documentado, demonstra-nos, como bem observou Steven Zdatny, que um corte de cabelo não é apenas “un signe”, mas também “[...] un processus social, un objet de commerce autant que de discours”⁴. O novo corte constituiu, inclusive, uma etapa decisiva no nascimento da sociedade de consumo pelo desenvolvimento que imprimiu ao comércio dos produtos capilares, aos cosméticos e ao negócio dos salões de cabeleireiro ou de beleza, reactivando um universo profissional que se encontrava em queda livre pela perda da sua habitual clientela masculina, rendida cada vez mais à facilidade do *self-shaving* publicitada, entre outras marcas, pela recém-inventada máquina de barbear *Gillette*⁵.

As etapas da divulgação da moda à *garçonne* em Portugal no pós I Guerra Mundial, as protagonistas, os apoiantes e os detractores, as reacções e as expectativas económicas suscitadas por uns “simples cabelos curtos” são alguns dos temas analisados neste artigo. E, afinal, conclui a autora, não havia grande motivo para

⁴ Steven Zdatny, “La mode à la garçonne, 1900-1925”: une histoire sociale des coupes de cheveux”, *Le Mouvement Social*, nr. 174, Janvier-Mars 1996, p. 32.

⁵ Ana Leonor Pereira; João Rui Pita, “Publicidade a cosméticos (Séculos XIX e XX)”, *Munda*, n.º 35, Maio 1998, p. 35.

preocupação: “[...] a inovação e a pretensa emancipação ficam-se, tão só, pelos cabelos cortados e pelos vestidos [...]”, começando o visual *garçónico* a perder importância a partir de 1926-1928, acompanhando o termo da I República e os anseios de ordem e de respeitabilidade. Os papéis tradicionais da mulher na sociedade como esposa, mãe e dona-de-casa nunca foram, porém, questionados. Os *velhos do Restelo* podiam descansar... A importância concedida à família como fundamento da ordem social mantinha-se inalterável.

Chamando a atenção, a *garçonne* induziu novas identidades visuais portadoras da noção de liberdade (tanto de atitudes como de movimentos), não desprovidas de consequências políticas. Porém, acima de tudo, deu grande visibilidade às mulheres no espaço público, antecipando a sua adaptação a novas exigências profissionais. Essa terá sido, afinal, a grande conquista da “*Cabelos à Joãozinho*”...

Os anos trinta assistem ao retorno da ideologia conservadora defendida pelo regime de características totalitárias recém-implantado: o *Estado Novo*. Este, no que à mulher diz respeito, assenta em algumas coordenadas-base, bem identificadas por Irene Flunser Pimentel: “a divisão dos espaços – público/privado – entre homens e mulheres, a defesa da família tradicional da qual a mulher era o esteio, a luta contra o inimigo liberal que a atirou para o mercado de trabalho [...] o propósito do seu retorno ao lar, através da valorização do “belo” papel de mãe e de esposa”⁶. Estes pressupostos serão apoiados pela Igreja Católica, aliada fiel do regime político.

É neste quadro balizado em termos cronológicos pela instauração do salazarismo e pela fase mais autoritária do regime, os *anos de chumbo*, num dos períodos mais difíceis para a imprensa então sujeita à censura prévia, que Maria Alice Ramalhete Pinto Guimarães se propõe captar a mensagem ideológica transmitida por uma das mais emblemáticas revistas femininas do século XX: a *Modas e Bordados. Vida feminina*.

Com rigor e minúcia é feita a análise morfológica e temática do periódico, bem como o estudo hermenêutico dos textos, detendo-se com grande cuidado na problemática da identidade das colaboradoras (“um batalhão”, dizia-se), questão nem sempre de pronta resolução,

⁶ Irene Flunser Pimentel, *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo. As organizações femininas do Estado Novo. A “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina” 1936-1966*, Dissertação para a obtenção do grau de mestre, Lisboa, 1996, p. 26.

dado o largo recurso aos pseudónimos. A fonte hemerográfica tanto é encarada como objecto de estudo como documento histórico capaz de prestar informações significativas sobre o papel que às mulheres competia na sociedade. É neste campo que a revista surpreende pela mensagem que transmite, conseguindo, com subtileza e mestria, subtrair-se ao lápis azul da censura... Adoptando formalmente a “velha receita dos periódicos femininos”, na aparência apolíticos, dedicados à moda, à crónica social, aos conselhos e à decoração, a meio caminho entre o “consultório do lar e o consultório de beleza”, o *Modas e Bordados* propõe às suas leitoras modelos positivos de se ser mulher, “culto, trabalhadora, produtiva, desempoeirada” como então se redige, pouco consonante com o padrão oficial da mulher submissa e conformada.

Numa época em que o Estado se preocupava em enquadrar as mulheres, procurando afastá-las das actividades produtivas directas, a revista, serenamente, pretendia “agitar mentalidades” e questionar os arquétipos tradicionais. Em artigos sob títulos inócuos, defende-se o alargamento das responsabilidades maternas, a importância do trabalho feminino fora do lar, o companheirismo na relação conjugal, o intervencionismo social, valores que se compaginam com a “elegância física ou espiritual”. O exemplo começava na própria sede da redacção do periódico, dado pelas suas directoras, Maria Lamas, até 1947, e, posteriormente, Etelvina Lopes de Almeida, duas mulheres empenhadas para quem a palavra tolerância não era uma abstracção e o diálogo entre pontos de vistas diferentes uma realidade que se construía dia-a-dia, tendo-se sabido rodear de uma equipe de colaboradoras representativas da intelectualidade feminina da época e provenientes de áreas profissionais e sensibilidades políticas e ideológicas distintas, de militantes do Partido Comunista a redactoras do *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, entre muitas outras.

Nem sempre, pois, o que parece, é... Ao arrepio do que o título da revista faria prever, Maria Alice Ramalheite Pinto Guimarães demonstra-nos que nem só de *modas e pó-de-arroz* se falava no *Modas e Bordados*...

O estudo de Maria Eugénia Ferreira Alves de Pinho intitulado *Na retaguarda da guerra. O Movimento Nacional Feminino de S. João da Madeira (1963-1974)* analisa o funcionamento de uma das últimas organizações femininas criadas no contexto do regime estadonovista. Fundado em Abril de 1961, no início da Guerra

Colonial, logo após a insurreição angolana de Fevereiro-Março, o *Movimento Nacional Feminino* tinha como objectivo apoiar os militares mobilizados. Embora se definisse como uma organização “não governamental”, era evidente a sua vinculação ao governo, assumindo, em termos políticos e ideológicos, a defesa e a preservação do império colonial como a “pedra de toque” da política externa portuguesa. Apoiaria o “esforço de Guerra” com o tradicional contributo feminino: o amparo moral e o conforto espiritual, e, retomando a simbologia das “mães heroínas”, procurava encorajar nos jovens o “amor pela pátria”.

Tomando como base de pesquisa o arquivo privado da comissão concelhia do Movimento Nacional Feminino de S. João da Madeira, colocado à guarda de familiares de uma das suas antigas dirigentes e gentilmente disponibilizado para estudo, Maria Eugénia Ferreira Alves de Pinho reconstitui, com minúcia e rigor metodológico, a actividade daquela secção. Paciente e criteriosamente organizou o arquivo que lhe chegou às mãos em estado bruto, esforçando-se por lhe dar ordem e sistematização. Seleccionado o *corpus documental* daria então início ao trabalho de historiadora, fazendo emergir do *caos* a traveção lógica daquela associação feminina.

A estrutura organizativa do movimento, a origem social das dirigentes locais, as iniciativas desenvolvidas, os recursos de que se socorriam para a angariação de fundos, os efectivos numéricos são alguns dos assuntos analisados com profundidade, pondo a nu a contradição entre a retórica propagandística enunciada pelo *Movimento* nos órgãos de comunicação social e a fraca resposta nacional. Às 80 000 associadas que a associação dizia ter, número que se afigura excessivamente exagerado, a concelhia de S. João da Madeira demonstrava apoiar-se, tão-só, em cinco elementos, chegando a um máximo de oito, em 1970. Estar-se-á perante um caso único e singular? Investigações futuras darão a resposta. Apesar de numericamente escasso, consistia, no entanto, num grupo de dinâmicas e empenhadas “militantes”, pertencentes à elite local, bem posicionadas em termos políticos, com grande capacidade de trabalho, desdobrando-se em múltiplas iniciativas e campanhas de apoio aos soldados mobilizados ou às suas famílias. Como “lapas da rocha”, imagem que utilizavam para se definir, bem representativa da sua determinação de “bem servir”, num sentido quase “apostólico”, não

obstante a crescente apatia e indiferença do meio local, em sintonia com o avolumar da crise do regime político, à beira da sua queda.

Entre garçonnas e fadas do lar... De 1920 a 1970 a vida das mulheres portuguesas alterou-se significativamente, assim como a forma de as encarar, os discursos que sobre elas foram produzidos ou naqueles que elas próprias construíram. Contribuir para o seu conhecimento foi um dos objectivos desta obra, na gama variada e poliexpressiva das suas concretizações, passando da letra ao espírito, das fontes inertes à vida que as alentou. As sínteses que sempre se reclamam, e que tão necessárias são no campo da história das mulheres em Portugal, exigem prévias análises sectoriais como estas que aqui se apresentam.

É tempo de terminar. Ao historiador não compete apenas a investigação e o ensino. Cabe também, como bem salientou Jacques le Goff, a divulgação do seu trabalho⁷. Este desiderato exige, no entanto, o contributo de muitas boas vontades. E este livro não foi excepção, sendo devedor de todos aqueles que deram o seu inestimável contributo, tornando possível a sua publicação: o Doutor Luciano Lourenço, em representação do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, que, desde a primeira hora, o acolheu de braços abertos; a Dr.^a Gabriela Salgueiro, incedível na simpatia e no cuidado com que acompanhou o trabalho gráfico; o Sr. Victor Torres, pela criatividade artística que pôs no desenho da capa; a Sr.^a D. Olga Carramanho, pela disponibilidade no apoio informático. A todos, o meu obrigado.

Coimbra, Junho de 2004.

⁷ "L'historien au travail", Entretien avec Jacques le Goff, Jean-Claude Ruano-Borbalan (Coordonné par), *L'histoire aujourd'hui* [...], *ob. cit.*, p. 399.